



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017/2017.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0008534

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2017

CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Delfinópolis – Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.894.064/0001-86, com sede nesta cidade de Delfinópolis/MG, na Praça Manoel Leite Lemos nº 115 – Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. Fernando José Pinto, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Padre Ivo Soares Matos, nº 492, bairro Centro, neste município, portador da cédula de identidade RG. nº M-769.090, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, e do CPF/MF nº 204.538.336-91;

CONTRATADA: A empresa, **EURIPEDES GOMES DE ANDRADE 29624418829 – ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 15.669.014/0001-70, com sede na cidade de Delfinópolis/MG, na Rua Elói Pereira Machado, 120, distrito de Olhos d'água da Canastra, município de Delfinópolis, neste ato representada pelo Sr. Eurípedes Gomes Machado, brasileiro, casado, transportador, inscrito no CPF sob nº 296.244.188-29 e RG nº 348712285 SSP/MG, residente e domiciliado à Rua Elói Pereira Machado, 120, distrito de Olhos d'água da Canastra, município de Delfinópolis.

CONTRATO: Entre as partes retro nomeadas e qualificadas, fica ajustado o presente CONTRATO, regido Decreto Executivo nº 005/2012, pela Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente na Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, na Lei Complementar nº 123/2006, nos termos das seguintes cláusulas e condições.

FUNDAMENTO – A presente contratação fundamenta-se no Pregão Presencial nº 001/2017, homologado em 31/01/2017.

Cláusula Primeira – Do Objeto

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS CADASTRADAS NA ATIVIDADE DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM A FINALIDADE DE EFETUAR O TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL NO EXERCÍCIO DE 2017 – PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO”.

1.1- A Contratada fica desde já obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na aquisição, no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme estabelece o parágrafo 1º, do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula Segunda – Do Preço

2.1 – O valor estimado do presente contrato é de R\$ 93.984,00 (noventa e três mil novecentos e oitenta e quatro reais), sendo da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115 – Telefax(35) 3525-1020 – CNPJ 17 894 064/0001-86
CEP 37910-000 – Delfinópolis – Minas Gerais

Item	Quant	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
11	15.600	16 – Tião Coelho	R\$ 3,33	R\$ 51.948,00
14	12.400	21 – Mauro Lopes	R\$ 3,39	R\$ 42.036,00

Cláusula Terceira - Das Condições De Pagamento

3.1 – Os pagamentos referentes à quilometragem efetivamente rodada durante o mês, devidamente comprovada pela fiscalização, serão realizados mensalmente até o 10.º dia do mês subsequente ao vencido.

3.2 – A contratada deverá apresentar até o 3º dia útil do mês subsequente ao mês trabalhado uma Nota Fiscal de Prestação de Serviços/Relatório, **constando o nome da linha percorrida, a quantidade de viagens, o número da licitação e do contrato e a placa do veículo.**

3.2.1 – JUNTO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ITEM 15.2 DEVERÁ SER ANEXADA A GFIP, COMPROVANDO A REGULARIDADE DAS CONTRATAÇÕES DOS MOTORISTAS E MONITORES, C.N.D. DE TRIBUTOS FEDERAIS E C.R.S. DO FGTS.

3.2.1.1 - A NÃO APRESENTAÇÃO DE QUALQUER DOS DOCUMENTOS ACIMA QUANDO SOLICITADOS, OCASIONARA A RETENÇÃO DO PAGAMENTO ATÉ A APRESENTAÇÃO DOS MESMOS.

3.3 - A Administração não pagará ao licitante vencedor os dias de recesso, férias, feriados e eventuais paralisações das aulas.

3.4 - Poderá ocorrer reajuste nos preços contratados, se necessário a estabelecer o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, por fato superveniente, imprevisível e inevitável, mediante apresentação de planilha de custo que comprove a alta do valor do combustível, peças, lubrificantes e pneus, nos limites e datas em que ocorrem as variações, observados os limites legais de reajuste e o interesse público.

Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária

4.1 – Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Órgão: 02 – EXECUTIVO

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Unidade: 10 – SECRETARIA MUN.DE EDUC., CULTURA E ESPORTES

SubUnidade: 01 – SECRET.MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Ficha 278/0 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte - 101

Órgão: 02 – EXECUTIVO

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Unidade: 10 – SECRETARIA MUN.DE EDUC., CULTURA E ESPORTES

SubUnidade: 01 – SECRET.MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Ficha 278/0 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte - 145

Ethanol

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



Órgão: 02 – EXECUTIVO

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Unidade: 10 – SECRETARIA MUN.DE EDUC., CULTURA E ESPORTES

SubUnidade: 01 – SECRET.MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Ficha 278/0 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte - 146

Órgão: 02 – EXECUTIVO

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Unidade: 10 – SECRETARIA MUN.DE EDUC., CULTURA E ESPORTES

SubUnidade: 01 – SECRET.MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Ficha 278/0 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte - 147

Órgão: 02 – EXECUTIVO

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Unidade: 10 – SECRETARIA MUN.DE EDUC., CULTURA E ESPORTES

SubUnidade: 01 – SECRET.MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Ficha 317/0 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte - 119

Cláusula Quinta - Prazo de vigência:

5.1 - Este contrato terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura e término previsto para **01/02/2018**, podendo este prazo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, bem como rescindido, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da mesma lei, com notificação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

Cláusula Sexta – Da prestação dos serviços e responsabilidade civil:

6.1- O contratado deverá, durante o horário, permanecer nas proximidades da Prefeitura Municipal ou de seu último ponto para atendimento a eventuais requisições de seus serviços, efetuadas por funcionários ou diretamente pela Secretaria Municipal de Viação e Transporte. Também deverá assinar diariamente o Ponto e cumprir todos os horários do Termo de Referência, bem como entregar e recolher os passageiros nos pontos.

6.2 - Os **veículos**, somente poderão operar o serviço de transporte escolar quando constar no certificado de propriedade o modelo para Veículos com capacidade de no mínimo **15 lugares, não anterior a 2009**, e para veículos com capacidade de no mínimo **40 e 44 lugares não anterior a 2001**.

6.3 - O veículo deverá apresentar-se em perfeitas condições de uso e de acordo com o Novo Código Brasileiro de Trânsito, estar coberto de seguros necessários à natureza do presente transporte, e apresentar placas vermelhas dianteiras e traseiras como indicação de veículo de aluguel, lanternas sinalizadoras na parte superior do teto, perfeitas condições de funcionamento e de mecânica, com cintos de segurança em seus respectivos lugares, além de boas condições de higiene e limpeza, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo), além de outros requisitos e equipamentos obrigatórios



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115 – Telefax(35) 3525-1020 – CNPJ 17 894 064/0001-86
CEP 37910-000 – Delfinópolis – Minas Gerais

estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito e previstos no Código de Trânsito Brasileiro.

6.4 – A contratada compromete-se a levar ao conhecimento do Departamento Municipal de Educação e Cultura qualquer alteração pertinente às suas atribuições, por mais simples que seja o fato novo.

6.5 – A(o) contratada(o) deverá efetuar o percurso rigorosamente dentro da velocidade permitida pelo Novo Código Brasileiro de Trânsito que assegure a máxima comodidade e conforto, visando a total segurança dos passageiros/alunos.

6.6 - A contratada será inteiramente responsável pelas despesas com combustível, óleos, peças de reposição, consertos e outros gastos com o veículo, funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, tributários e contratuais, indenizações por acidentes do trabalho, incluindo-se despesas médicas e hospitalares, mortes, bem como pelo danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, incidentes sobre os serviços, qualquer sinistro que por ventura ocorrer, tanto material quanto físico será de inteira responsabilidade do licitante vencedor.

6.7 - Na execução do objeto do presente contrato a contratada responsabilizar-se-á para que o veículo e o condutor estejam de acordo com as exigências do Código de Trânsito Nacional e demais dispositivos legais pertinentes.

6.8 – No caso da contratada ter a necessidade de designar ou substituir o condutor, este deverá apresentá-lo por escrito a Secretaria Municipal de Viação e Transporte, juntamente com a documentação comprovando atender todas as normas do Edital e do disposto da Lei n.º 9.503 de 23/09/97, artigo 138.

6.9 – A contratada se obriga a aceitar modificações e/ou alterações nos percursos ora licitados.

6.10 – A contratada se obriga a substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser constatado o problema, o veículo que venha a ser danificado, e providenciar imediatamente o transporte dos passageiros, caso o defeito ou qualquer tipo de problema ocorra durante a execução do serviço.

6.11 - É vedado a transferência do objeto/linha sob qualquer forma a terceiros, e, caso ocorra a transferência, o contrato será rescindido na forma da lei, com a aplicação das penalidades cabíveis.

6.12 - A contratada se obriga a manter o motorista devidamente uniformizado, uniforme esse que ficará às suas expensas, conforme modelo que será repassado pela administração, no padrão da categoria.

Cláusula Sétima - Da fiscalização:

7.1 - Os serviços ficarão sujeitos à permanente fiscalização da Contratante, através do Departamento Municipal de Educação e Cultura.

7.2 - Cabe à Contratante, a seu critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de prestação dos serviços ora contratados, e do comportamento dos

E. S. S. S.

RS

M

JS

[Signature]



responsáveis e prepostos do Contratado, sem prejuízo da obrigação deste de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3 - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Contratante.

7.4 – A existência e a atuação da Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva do Contratado, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

7.5- – A Contratante poderá exigir a substituição de qualquer empregado do Contratado que não se portar convenientemente.

7.6 - O Município fiscalizará periodicamente o transporte analisando a frequência de ponto e rotas e demais itens constantes no edital.

7.7 - Haverá um livro de ponto e/ou um relatório, localizado na escola, onde o motorista deverá assinar diariamente. O ponto não assinado implicará a justificativa para não reconhecer o serviço prestado.

7.8 - O Município exige que a Empresa vencedora preencha diariamente uma planilha contando o horário de saída e chegada do veículo, com sua respectiva quilometragem rodada, a qual será supervisionada pelo servidor responsável.

Cláusula Oitava: Dos Direitos e Responsabilidades das Partes

8.1 – A **CONTRATANTE** obriga-se a efetuar o pagamento estipulado na cláusula segunda e terceira do presente instrumento após a apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento dos serviços fornecidos e emissão de nota fiscal por parte da **CONTRATADA**;

8.2 – A **CONTRATADA** obriga-se a prestar os serviços objeto do presente à **CONTRATANTE**, de acordo com o estipulado neste instrumento, e exigências previstas no edital do Pregão Presencial nº 001/2017.

8.3 – A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Nona: Da Alteração

9.1 – Este contrato de poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o que dispõe o art. 65, e prorrogado de acordo com o que dispõe o art. 57, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula Décima: Das Sanções

10.1 - Fica estabelecido o percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento), do valor global da proposta, a título de multa, por dia de inadimplência na execução dos serviços e impostas outras sanções previstas em lei, exceto com justificativas aceitas pela Prefeitura.

Egnohock

SB

M



10.2 - Pela inexecução total ou parcial na execução dos serviços a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento), além das multas, suspender temporariamente o direito da empresa de licitar na Administração, por período não superior a 02 (dois) anos e ainda declará-la inidônea, após garantida prévia defesa.

10.3 - Na hipótese de multas, a empresa inadimplente será notificada para recolher ao Fazenda Municipal no prazo máximo de 10 (dez) dias, a importância das penalidades impostas, sob pena de inscrição da mesma na dívida ativa do Município e respectiva execução fiscal; em sendo possível e no caso de ser mantido a Autorização de Fornecimento, será facultado à Administração o recolhimento das multas por ocasião do pagamento, através de desconto e compensação no preço.

10.4 - As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.5 - Fica reservado a Prefeitura o direito de vistoriar os veículos e vetar, a qualquer momento, a utilização de seu uso, na hipótese da verificação objetiva de suas condições indicarem a inconveniência para o transporte não isentando, entretanto, o detentor do contrato, da responsabilidade pelos defeitos ou ineficiência de desempenho que os veículos utilizados venham a apresentar.

Obs. Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula Décima Primeira: Da Rescisão:

11.1 – O presente contrato de fornecimento poderá ser rescindido, bem como ser cancelada de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência deste contrato, a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei Federal n.º 8.666/93, desde que motivado o ato e assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeiro;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Delfinópolis - MG;
- e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

11.2 – A nulidade do processo licitatório induz à do presente contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula Décima Segunda: Da Legislação Aplicável

12.1 - Quaisquer controvérsias e omissões deste contrato serão regidas pela Lei Federal n.º 10.520/02, subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Executivo n.º 005/2012 e na Lei Complementar n.º 123/2006.

E. Roberto

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115 – Telefax(35) 3525-1020 – CNPJ 17 894 064/0001-86
CEP 37910-000 – Delfinópolis – Minas Gerais

Cláusula Décima Terceira: Do Foro

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Cássia - MG, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, para solucionar quaisquer questões oriundas deste contrato.

Cláusula Décima Quarta- Dos Casos omissos


14.1 - Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.

Cláusula Décima Quinta – Das Alterações

15.1 - As alterações posteriores que se façam necessárias no presente instrumento serão efetuadas por “Termos Aditivos” que passam a integrar o contrato para todos os fins e efeitos de direito.

E, por estarem assim as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de mesmo teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo-assinados, para produza todos efeitos legais e de direito.

Delfinópolis /MG, 01 de fevereiro de 2017.

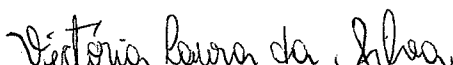


Fernando José Pinto
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE



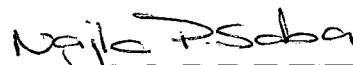
Eurípedes Gomes Machado
EURÍPEDES GOMES DE ANDRADE
29624418829 – ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



Nome:

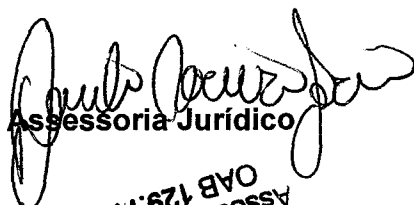
CPF: 116.850.326-48



Nome:

CPF: 18.658.274-2

Visto:


Assessoria Jurídico
Fábio Pereira Garcia
Assessor Jurídico
OAB 129.775